

Galeria pouco se manifesta com resultado da votação

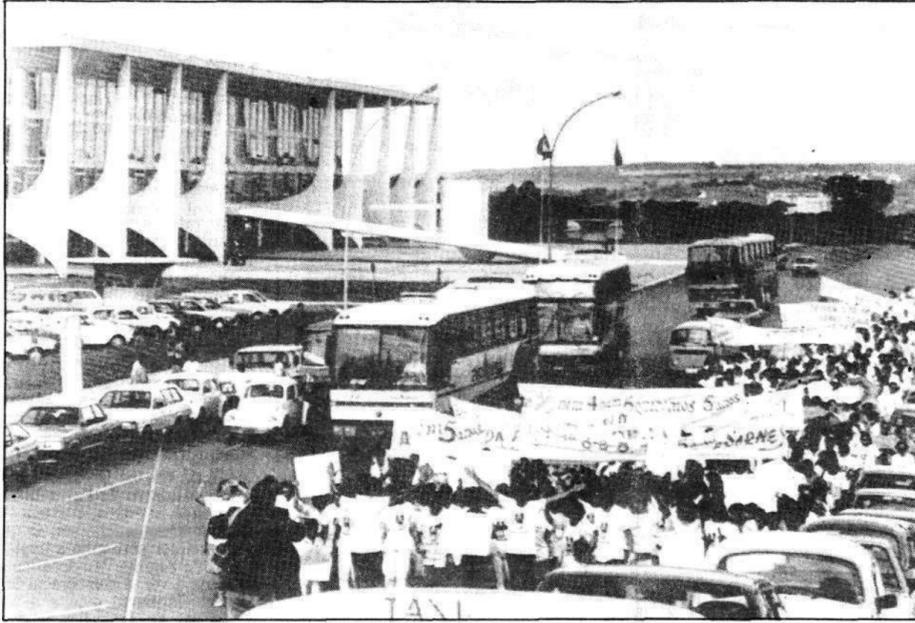
BRASÍLIA — Pela primeira vez numa votação importante da Constituinte, o plenário se manifestou mais do que as galerias, integradas essencialmente por bem comportados assessores parlamentares, amigos e parentes de parlamentares e alguns sindicalistas. A única manifestação coletiva da galeria aconteceu quando, de pé, aplaudiu o quorum máximo de 559 Constituintes registrado no painel eletrônico.

Do lado de fora, na rampa de acesso ao Congresso Nacional, cerca de 700 moradores de cidades satélites do Distrito Federal — organizados pela Secretaria Especial de Ação Comunitária da Presidência da República — empunhavam faixas pedindo cinco anos de mandato para o Presidente Sarney. Outro grupo, formado por cem estudantes e trabalhadores rurais de Goiás e da Bahia, gritava por eleições diretas este ano. Diante da ameaça de confronto entre eles, 110 policiais militares, entre eles a Tropa de Choque, separaram os grupos.

A segurança organizada pelo Segundo Vice-presidente da Constituinte, Deputado Jorge Arbage (PDS-PA), só permitiu a entrada nas galerias de portadores de convites e 430 senhas distribuídas pelos parlamentares, assessores parlamentares autorizados e jornalistas credenciados. A rigidez do esquema — que mobilizou 120 guardas e utilizou o detector de metais — não impediu alguns incidentes envolvendo jornalistas e até o Embaixador Ouro Preto, responsável pelas relações entre o Itamaraty e o Congresso. Apesar de se identificar, o Embaixador só chegou às galerias após interferência da secretária do Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães.

Na tribuna de honra, os Ministros da Administração, Aluisio Alves, e do Trabalho, Almir Pazzianotto, acompanharam os debates. Antes que se encerrassem os discursos e iniciasse a votação, Alves retornou ao seu Ministério com a certeza de que o presidencialismo seria vitorioso com mais de 300 votos. Apesar de parlamentarista, ele justificou seu apoio à emenda presidencialista: os atuais defensores do parlamentarismo querem apenas reduzir os poderes do Presidente Sarney. Já o Ministro Pazzianotto, presidencialista convicto, achou que o plenário estava equilibrado e não foi convencido por nenhum dos pronunciamentos. Segundo ele, os oradores foram "emocionais e genéricos, tanto de um lado como de outro".

Ao lado dos dois Ministros, a mulher de Ulysses, Dona Mora, acompanhava nervosa a sessão, preocupada



Na rampa de acesso ao Congresso, manifestantes pedem pelos cinco anos de mandato do Presidente Sarney

com os ataques feitos a seu marido por alguns Constituintes.

Ao contrário de votações anteriores, os poucos representantes de missões estrangeiras não se sentaram na tribuna de honra, e sim nas galerias. Também ali quase não havia personalidades: apenas os cantores Fafá de Belém, que abandonou sua posição de "musa das diretas" para defender o parlamentarismo com cinco anos de mandato; Eliana Pitman, que se disse "arrasada com a brincadeira que é o Congresso"; Jards Macalé, pedetista, presidencialista e quatroanista convicto; e o escritor Fernando Gabeira, parlamentarista e defensor de eleições este ano.

As galerias não deram trabalho à segurança: não gritaram nem vaiaram e pouco aplaudiram. Assim como o plenário, estavam divididas entre parlamentaristas e presidencialistas. A vitória do presidencialismo não provocou manifestações da platéia. Apenas um pequeno grupo começou a gritar "quatro, quatro, quatro", referindo-se ao mandato do Presidente Sarney. Terminada a votação, as galerias se esvaziaram, em silêncio.

PM permite reunião em local proibido

BRASÍLIA — Às 14h30m, cerca de 300 populares de Vila Mathias, da cidade-satélite de Taguatinga, começaram a se concentrar na Praça dos Três Poderes com faixas e cartazes defendendo cinco anos para Sarney. Eles chegaram em vários ônibus fretados e se agruparam na calçada em frente ao Palácio do Planalto, onde, curiosamente, são proibidas manifestações públicas. Ontem, no entanto, nenhuma viatura da Polícia Militar patrulhava a Praça dos Três Poderes.

Às 15h15m o Presidente Sarney chegou ao Planalto. Ao passar perto dos manifestantes foi muito aplaudido e, com um riso constrangido, acenou para os populares.

A manifestação, segundo informou José Campos, Presidente da Associação de Moradores de Vila Mathias, começou a ser convocada por emissoras de rá-

dio de Brasília desde domingo. O apelo das rádios era de que a manifestação estava sendo convocada para resolver problemas de moradia.

Os manifestantes carregavam faixas com apelos do tipo: "Em cinco anos dá para fazer mais"; "LBA também é Sarney"; "Cinco anos para Sarney". José Campos negou que o movimento fosse patrocinado pela Secretaria Especial de Ação Comunitária — SEAC —, mas um popular que não quis identificar-se disse que comparecera à manifestação para defender o programa de leite da SEAC, "pois seria suspenso se Sarney não tivesse cinco anos de mandato".

Depois da concentração em frente ao Planalto, os manifestantes seguiram para o Congresso, auxiliados por guardas do Palácio do Planalto que interromperam o trânsito para facilitar a passagem do grupo.



Prisco Viana Humberto Lucena Antônio Carlos

Sarney, grande vencedor entre muitos derrotados

O Presidente José Sarney, que sempre figurou como o personagem político mais acuado pela Assembleia Constituinte, com a crescente articulação de parlamentaristas e pela pregação de um mandato de quatro anos ainda nas disposições permanentes da Constituinte, foi o grande vencedor da sessão plenária de ontem. A margem de votos obtidos tanto no sistema presidencialista, como na preservação do mandato de cinco anos previstos na emenda Humberto Lucena chegou a surpreender os principais articuladores colocados em campo pelo Planalto.

Entre os vencedores de ontem, estão evidentemente os Ministros Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações, e Prisco Viana, da Habitação. Os dois foram os principais articuladores da ofensiva do Governo, que terminou com a vitória completa.

Do lado oposto, o Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, seus amigos mais próximos, tanto governadores como ministros, e, num grau crescente, as alas mais à esquerda do PMDB, que, definitivamente, não tem mais o que postular dentro do Governo. Em resumo, entre toda a cúpula dirigente do PMDB existe a certeza generalizada de que a definição dos cinco anos nas disposições permanentes garantem, por antecipação, o mandato pretendido por Sarney que, finalmente, poderá articular o seu bloco multipartidário. Bloco que vai provocar uma rutura no PMDB. Neste ponto, o grupo de Ulysses não parece mais suficiente para manter unida a maior legenda partidária.

No bloco dos parlamentaristas, a frustração foi crescente. Começou pelo Senador Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte, que chegou a duvidar da oportunidade do parlamentarismo já, mas nunca se afastou do mandato de quatro anos. Junto com ele, foram derrotados os Senadores José Richa (PMDB-PR), com seus já escassos sonhos de se tornar

um Primeiro-Ministro, e Fernando Henrique Cardoso, compelido agora a cumprir a constante ameaça de deixar o PMDB. Ao lado deles, os Governadores que apostaram no parlamentarismo: Waldir Pires, da Bahia, e Pedro Simon, do Rio Grande do Sul. E ficam na companhia dos Governadores Moreira Franco e Miguel Arraes, presidencialistas que trabalhavam pelos quatro anos. Nesta galeria, figuram ainda os constituintes Afonso Arinos (PFL-RJ), e Nelson Carneiro (PMDB-RJ), convocados a torpedear o presidencialismo em plenário.

No Executivo, ficam com posições irremediavelmente abaladas, apenas à espera da solicitação de seus cargos, caso não tomem a iniciativa do pedido de demissão, os Ministros Renato Archer, da Previdência Social, aliado incondicional de Ulysses; Luís Henrique, da Ciência e Tecnologia; Celso Furtado, da Cultura, e com a pré-disposição de candidatar-se à Prefeitura de São Paulo, Almir Pazzianotto, do Trabalho. Candidatos a sucedê-los não faltam, a começar pelos integrantes da bancada mineira, que teve em Newton Cardoso o aliado mais fiel a Sarney entre os Governadores.

O Ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, sempre compelido a lançar a sua candidatura à sucessão de Sarney, enraizado ainda mais a crença de que as precauções de político mineiro continuam aconselháveis. Mantive-se presidencialista à espera da definição do mandato. O Presidente do PFL, Marco Maciel, perdeu os anéis nos quatro anos, mas ficou com os dedos na certeza de que a maioria silenciosa queria a manutenção do presidencialismo.

Derrotado, mas com uma "eleição solteira" pela frente, surge o ex-Governador Leonel Brizola. As eleições deste ano empurrariam sua candidatura contra a máquina do PMDB alicerçada em mais de sessenta por cento dos municípios.

Assembléia do Rio comenta decisão

Respeito à soberania da Constituinte que é legítima para decidir, sem pressões externas, a nova ordem econômica, política e social do País. Esta foi a posição tomada pelos Deputados estaduais, que independente de serem parlamentaristas ou presidencialistas, não só aceitaram como respeitaram a decisão dos 559 Constituintes que ontem escolheram por 344 votos a 212 a continuação do presidencialismo como sistema de Governo do Brasil.

Os Deputados parlamentaristas Milton Temer (PSB) e Carlos Minc (PT-PV), disseram estarem preocupados com a votação do mandato do Presidente Sarney. Milton afirmou que cobrará do PT, PDT e das forças progressistas do PMDB, que votaram a favor do presidencialismo, a responsabilidade política que eles terão caso a Constituinte opte pelos cinco anos. Independente de qualquer resultado, Milton espera que o Centro e o Governo Sarney entendam que a legitimidade da Constituinte abrange todas as decisões tomadas e que esta legitimidade não seja mais colocada em questão por nenhum representante de outros Poderes. Minc prevê um início de negociações para a ampliação do Poder Legislativo e espera que os quatro anos para Sarney sejam aprovados, pois, do contrário, seria uma derrota das forças progressistas.

Os presidencialistas Elias Camilo Jorge (PMDB), e Alberto Brizola (PDT) disseram estar otimistas quanto à vitória dos quatro anos, como forma de dar seqüência ao processo de democratização do País. Daisi Lúcidu (PFL) por sua vez, considerou que o presidencialismo é o melhor para o povo, mas não quis fazer qualquer comentário sobre a duração do mandato do Presidente.

— Se perguntarmos ao povo se ele prefere votar logo para Presidente ou ter casa ou comida, ele vai optar pela segunda hipótese. O importante agora é resolver o problema econômico do País e procurar alternativas — respondeu a Deputada.

A DERROTA DO PALADINO DO PARLAMENTARISMO

Arinos perde a luta que o levou à Constituinte

BRASÍLIA — O Senador Afonso Arinos (PFL-RJ), conhecido por seu discurso habilidoso e humor agudo saiu derrotado ontem juntamente na defesa da tese pela qual mais se bateu desde o início da Constituinte. Ao longo destes 14 meses, ele confessou, inúmeras vezes, que o parlamentarismo era a razão de seu mandato. Ausente da maioria das votações, Arinos fez do regime parlamentar sua bandeira de luta.

Em todas as ocasiões que Senador subira à tribuna para defender o sistema parlamentar, conseguira vencer, como aconteceu na Comissão de Sistematização, depois de ter proferido um discurso histórico.

Seus 83 anos de idade e a bagagem acumulada ao longo de uma longa trajetória política — que incluiu a participação na elaboração da Carta de 1946 e a coordenação dos "notáveis", que prepararam, em 1985, o primeiro esboço de Constituição — asseguraram ao Senador posição de



Afonso Arinos: esforço e decepção

destaque na Assembléia Constituinte.

Os parlamentaristas sempre delegaram a Afonso Arinos as missões mais delicadas. Ele acabou se tornando o orador oficial do grupo e um

importante articulador na defesa do regime parlamentar. No início do ano, Arinos tentou até convencer as Forças Armadas de que o parlamentarismo era o melhor sistema. Ele conseguiu para este fim reunir, num almoço em sua residência, os quatro Ministros militares.

Mas ontem, até Arinos parecia convencido de que as chances de aprovação do parlamentarismo eram remotas. Seu pronunciamento na tribuna não foi tão enfático como nas ocasiões anteriores. Ao contrário do que esperavam os parlamentaristas, Arinos preocupou-se muito mais em evitar o confronto do que em defender o sistema.

Sem esconder sua decepção, o Senador abandonou o plenário logo após a fácil vitória ao presidencialismo, não participando nem mesmo da votação que definiu o mandato dos próximos Presidentes da República.

Apenas três se abstiveram. Um deles foi Ulysses

Apenas três Constituintes, de um total de 559, se abstiveram de votar a emenda presidencialista do Senador Humberto Lucena (PMDB-PB). O Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, o Deputado Luís Roberto Ponte (PMDB-RS) e o Deputado João Paulo (PT-MG). Luís Roberto Ponte justificou a sua atitude como uma tentativa de impedir que a votação de ontem conseguisse quorum para aprovação. Ele pretendia, com isso, forçar um acordo com os parlamentaristas em torno da transição política e do mandato, de cinco anos para o Presidente Sarney.

Ponte afirmou ainda que a população deve ter um tempo maior para entender o processo político em sua profundidade. Por outro lado, considerou o atual Parlamento mais interessado na demagogia do que na rea-



João Paulo não acompanhou PT

lidade nacional. Segundo ele, votações anteriores deram provas desse comportamento, preferindo ce-

der a propostas imediatistas ao invés de procurar realizar mudanças estruturais.

O Deputado João Paulo ficou em posição contrária à decisão de toda a bancada petista, que votou favorável ao presidencialismo. Ele disse que a emenda presidencialista aprovada é ruim e somente não votou contra em respeito à posição de todos os demais integrantes do PT no Congresso Nacional. João Paulo ressaltou que defende o parlamentarismo há muitos anos e não iria mudar de opinião depois de tanto tempo apoiando um sistema de Governo.

O Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, nada mais fez do que manter a sua posição de não votar em nenhuma proposta constitucional. Desde o começo das votações no plenário da Assembléia, Ulysses se abstém de votar.

Sergipanos acreditam em acordo e mudam voto

BRASÍLIA — Atraída pela possibilidade de acordo em torno da aprovação do parlamentarismo com mandato de cinco anos para o Presidente José Sarney, a bancada peemedebista de Sergipe foi o caso mais rápido e surpreendente de mudança de posição.

Horas antes da votação da emenda presidencialista do Senador Humberto Lucena, os seis deputados que a compõem, sob a liderança do Senador Albano Franco, também empresário e Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), deci-

diram mudar o voto e engrossar as fileiras presidencialistas.

Albano Franco reuniu os parlamentares de Sergipe em sua residência, onde os convenceu a mudar o voto, diante da informação de que tinha sido autorizado pelo Deputado Ulysses Guimarães, Presidente do PMDB e da Constituinte, a liberar a bancada. Após a reunião, Albano e os parlamentares seguiram para o plenário da Câmara, onde se reúne a Assembléia Constituinte, e, efetivamente, apoiaram a emenda Humberto

Lucena, votando no presidencialismo.

O próprio Senador peemedebista contestou a informação, mas ressaltou que cobrará um programa econômico definitivo do Presidente José Sarney, que implique principalmente no retorno de uma política forte de investimentos. Albano disse que mantém a convicção parlamentarista e que fará um pronunciamento defendendo a necessidade de uma reformulação econômica no País, o mais rapidamente possível.

Parlamentarista, Presidente da ABI lamenta derrota

Ao comentar a votação de ontem na Assembléia Constituinte, que manteve o sistema presidencialista, o Presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Barbosa Lima Sobrinho, lamentou a decisão:

— Lamento que não se tenha dado oportunidade ao sistema parlamentarista. Rui Barbosa, com toda razão, costumava dizer ninguém que deveria ser fanático por regimes políticos. E foi esse fanatismo que decidiu a votação. Os presidencialistas defendiam sua tese com base nas tradições históricas, uma tradição que não deu certo. Perdemos a oportunidade de colocar em prática uma nova experiência. Acho que não há esperanças maiores nesse presidencialismo, que conserva características de um regime ditatorial. No Brasil, nunca houve um ponto de vista de um Presidente que fosse derrotado. Em grande parte a culpa cabe ao Legislativo, que no decorrer de nossa história republicana sempre se omitiu e, conseqüentemente, fortaleceu o poder Executivo — disse Barbosa Lima Sobrinho.

A vitória do presidencialismo ontem provocou reação desfavorável do arquiteto Sérgio Bernardes, um dos "pais" de Brasília. Ele acha que a manutenção do regime de governo foi "uma vitória da ditadura financeira".

— Trata-se de uma ditadura financeira que aprisiona o homem. Nosso País ainda pertence ao poder econômico. Até hoje, nenhum país no mundo pertenceu ao povo. Deveríamos ter uma mudança de sistema de poder que nos tortura, num País parado e de jogo financeiro violento, mas a Constituinte o transforma ainda mais em um País vendido por uma moeda estrangeira — desabafou o arquiteto.

Para o cineasta Silvio Tendler, autor de "Os Anos JK", entre outros



Barbosa Lima lembra Rui Barbosa

filmes de cunho histórico, a decisão da Assembléia Constituinte foi muito ruim.

— Acho terrível que por uma razão casuística, a permanência do Sarney no Governo, tenha se deixado de optar por um sistema mais democrático. A questão foi levada para um lado da paixão e a gente vai ver no futuro o quanto isso irá custar. A Constituinte deveria tornar o Brasil uma república democrática viável. Agora, estamos a caminho do imprevisível — lamentou Silvio Tendler.

O único a defender o presidencialismo com veemência foi o jurista Sobral Pinto, um dos patronos da campanha pelas "diretas já", em 1984.

— Achei uma maravilha, foi a salvação do Brasil. Escapamos do regime de uma desordem anárquica e foi uma das medidas mais acertadas da Constituinte. Nós não temos educação, patriotismo, civilismo para viver num regime parlamentarista instituído. Felizmente, a Constituinte teve juízo — disse o Sobral Pinto.